



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE INSTITUIÇÃO DE CPI Nº , DE 2024 (Do Sr. AUREO RIBEIRO e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde. (**“CPI DOS PLANOS DE SAÚDE”**)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição Federal e na forma dos artigos 35, 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os planos de saúde. (**“CPI DOS PLANOS DE SAÚDE”**)

A comissão será composta por 32 membros, com igual número de suplentes, e terá o prazo de 120 dias, prorrogável por igual período. As despesas decorrentes do funcionamento desta Comissão ocorrerão à conta de recursos orçamentários da Câmara dos Deputados.

### JUSTIFICAÇÃO

Os planos de saúde lideraram o ranking de queixas e reclamações de consumidores registrados em 2023, conforme levantamento recente divulgado pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)<sup>1</sup>. Foi o maior percentual em relação a outros temas desde 2018, chegando a 29,3% das reclamações, seguida por serviços financeiros, com 19,4%, sendo as

<sup>1</sup>INFOMONEY. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/planos-de-saude-lideram-ranking-de-reclamacoes-dos-consumidores-em-2023/> Acessado em 15/5/2024





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

principais reclamações: dúvidas sobre contratos (descredenciamentos e reembolsos), reajustes e negativas de cobertura. Em 2022 não foi diferente, os planos também lideraram o ranking com 27,9% das reclamações. As principais queixas, em 2022: dúvidas e reclamações a respeito de contratos (27,4%), seguida por falta de informações (18,1%) e elevados reajustes (13,7%)<sup>2</sup>.

Em relação aos reajustes abusivos, em maio de 2023 foi noticiado<sup>3</sup> que os valores dos planos para pequenas empresas (com contratos até 29 beneficiários) sofreriam reajustes entre 9,7 e 35%, bem superiores a 2022. E que as empresas que contratam os planos para seus funcionários vinham buscando estratégias para atenuar os efeitos desses índices tão elevados, como a exclusão de reembolsos do contrato, a ampliação dos percentuais de coparticipação, e até a redução da rede de prestadores.

Ainda naquele mês, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleceu o limite do reajuste para planos individuais que, embora represente só 17,7% do mercado, serve como base para a negociação dos planos de saúde coletivos.

Mesmo empresas com mais de 30 beneficiários, que geralmente têm seus planos reajustados em valores abaixo daquelas de pequeno porte, estavam com dificuldade para negociar. A notícia<sup>4</sup> cita o caso de uma com 400 funcionários que teve o plano reajustado em 60% e, sem espaço para negociação, precisou recorrer ao Judiciário contra o aumento abusivo.

---

<sup>2</sup> Agência Brasil. Planos de saúde seguem no topo de queixas registradas no Idec. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/planos-de-saude-seguem-no-topo-de-queixas-registradas-no-idec>>

<sup>3</sup> OGLOBO. Planos de saúde reajuste de contrato coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/noticia/2023/05/planos-de-saude-reajuste-de-contrato-coletivo-para-pequenas-empresas-chega-a-ate-359percent.ghtml> Acessado em 9/5/2023

<sup>4</sup> OGLOBO. Planos de saúde reajuste de contrato coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/noticia/2023/05/planos-de-saude-reajuste-de-contrato-coletivo-para-pequenas-empresas-chega-a-ate-359percent.ghtml> Acessado em 9/5/2023





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo o Idec, especificamente sobre os reajustes, há distorções e falta de transparência na metodologia utilizada pela ANS e é necessário ajuste e revisão da fórmula utilizada. Os chamados fatores exógenos, que são custos das operadoras relacionados ao acréscimo de procedimentos (novos exames, tratamentos etc) no rol de cobertura, podem ter sido computados de forma diferente pelo órgão regulador<sup>5</sup>.

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon), da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, informou que é necessário que a ANS crie parâmetros para reajustes dos contratos coletivos. Além disso, ressalta a importância de se regular os prestadores de serviços e de se aprimorar a relação desses com os planos de saúde, para que negociem preços melhores em favor dos beneficiários. Já a Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), por sua vez, representante das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, afirma que o reajuste é “*um mecanismo legítimo e indispensável para recompor a variação de custos*” e ressalta os sucessivos prejuízos operacionais do setor<sup>6</sup>.

Sobre o assunto, a Folha de SP<sup>7</sup> informou que o setor de saúde teve um prejuízo de R\$ 11,5 bilhões em 2022, o maior em 20 anos. Nos anos de 2021 e 2022 as receitas dos planos cresceram 5,6%, enquanto as despesas 11,1%, conforme dados da Fenasaúde. Sem recursos, as operadoras passaram a renegociar e atrasar pagamentos com os hospitais e prestadores de serviço.

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Ação civil pública. Disponível em: <<https://idec.org.br/reajuste-abusivo-dos-planos>>

<sup>6</sup> OGLOBO. Planos de saúde reajuste de contrato coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/noticia/2023/05/planos-de-saude-reajuste-de-contrato-coletivo-para-pequenas-empresas-chega-a-ate-359percent.ghtml> Acessado em 9/5/2023

<sup>7</sup> FOLHA DE SP. Em crise, planos de saúde negociam pagamentos. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/em-crise-planos-de-saude-renegociam-pagamentos-e-buscam-formas-de-diminuir-uso.shtml> Acessado em 9/5/2023





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

E esse atraso nos pagamentos tem gerado reclamações por parte dos fornecedores e hospitais. Distribuidores e importadores de produtos, como próteses e outros materiais usados em tratamentos e cirurgias, afirmam que os casos de falta de pagamento das mercadorias que vendem aos planos de saúde e hospitais estão subnotificados.

A Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (Abraidi) afirma que cresceu a prática da retenção de faturamento, no qual o fornecedor entrega uma prótese, por exemplo, mas o comprador, que pode ser o plano de saúde ou o hospital, exige que o fornecedor atrase a emissão da nota fiscal, mantendo a transação sem registro.

Segundo a entidade, há mais de R\$ 1 bilhão em vendas cujas notas ainda não foram emitidas (uma elevação de 50% em relação ao ano anterior), e que os fornecedores aceitam postergar pois têm receio de retaliação comercial dos compradores, uma vez que se trata de setor com inúmeros distribuidores pequenos e regionais, enquanto os compradores, geralmente, são empresas maiores e com grande poder de compra. Os hospitais também se queixam dos atrasos, e atribuem aos planos a responsabilidade pela dilatação dos prazos<sup>8</sup>.

A Associação de Hospitais Privados (Anahp) diz que todo o sistema enfrenta um momento de crise, no qual “(...) *os planos, para melhorar o fluxo de caixa, vêm atrasando o pagamento aos hospitais. E os hospitais não podem pagar os fornecedores sem ter recebido dos planos de saúde*”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup>FOLHA DE SP. Crise em cascata dos planos de saúde. Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/%2Fmercado%2F2023%2F05%2Fcrise-em-cascata-dos-planos-de-saude-gera-queixa-de-r-1-bi-em-pagamento-atrasado.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/%2Fmercado%2F2023%2F05%2Fcrise-em-cascata-dos-planos-de-saude-gera-queixa-de-r-1-bi-em-pagamento-atrasado.shtml)> Acessado em 9/5/2023

<sup>9</sup>FOLHA DE SP. Crise em cascata dos planos de saúde. Disponível em <[www1.folha.uol.com.br/%2Fmercado%2F2023%2F05%2Fcrise-em-cascata-dos-planos-de-saude-gera-queixa-de-r-1-bi-em-pagamento-atrasado.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/%2Fmercado%2F2023%2F05%2Fcrise-em-cascata-dos-planos-de-saude-gera-queixa-de-r-1-bi-em-pagamento-atrasado.shtml)> Acessado em 9/5/2023





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não bastassem as questões apresentadas, em São Paulo, denúncias de planos de saúde cancelando convênios, sem justificativa, chegaram à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)<sup>10</sup>.

Foram, à época, cerca de 170 denúncias, a maioria tratando de cancelamento de planos de pessoas com autismo, e com outras doenças crônicas e graves, como câncer<sup>11</sup>. Segundo uma Deputada Estadual, os *“planos fazem isso porque sabem que muitos clientes não podem bancar advogado porque pagam os planos com sacrifício”*.

Também no Rio de Janeiro, em meados de 2023, a Comissão da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) informou que iria cobrar explicações de operadoras de saúde devido a denúncias de cancelamentos de contratos que assistem pessoas com autismo e deficiências<sup>12</sup>. Segundo um Deputado local, *“mães de pacientes relataram apreensão com as operadoras de saúde Unimed-Rio e Assim Saúde, que estão cancelando, unilateralmente, contratos com clientes que possuem dependentes com deficiência”*. O cancelamento unilateral afetou cerca de mil pacientes, que procuraram a Defensoria Pública e obtiveram liminar para que as famílias continuassem o tratamento<sup>13</sup>.

Naquele ano, a ANS informou que foi realizada uma diligência in loco na Unimed Nacional para apurar denúncias de cancelamento recebidas pela agência, mas que a análise ainda não havia sido encerrada. Constatou-se que os cancelamentos seriam de planos coletivos e não individuais e

<sup>10</sup>UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/05/14/planos-de-saude-central-nacional-unimed-autistas-cancelamento-contratual.htm> Acessado em 1/4/2024

<sup>11</sup>TERRA. Disponível em [https://www.terra.com.br/nos/planos-de-saude-negam-discriminacao-de-clientes-ans-explica-regras\\_6e76af6972bb54656a336a0440e27d17tecans1s.html](https://www.terra.com.br/nos/planos-de-saude-negam-discriminacao-de-clientes-ans-explica-regras_6e76af6972bb54656a336a0440e27d17tecans1s.html) Acessado em 1/4/2024

<sup>12</sup>BRAVA BAIXADA. Disponível em <https://bravabaixada.com.br/2023/10/17/alerj-se-mobiliza-para-impedir-cancelamento-de-planos-de-saude-de-autistas-e-pcds/> Acessado em 1/4/2024

<sup>13</sup>ATRIBUNARJ. Disponível em <https://www.atribunary.com.br/materia/-planos-de-saude-interrompem-tratamentos-e-prejudicam-criancas-autistas-> Acessado em 1/4/2024





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

familiares<sup>14</sup>. Há regras diferentes para cancelamentos de planos de saúde para planos individuais e familiares e para planos coletivos<sup>15</sup>.

Em maio de 2024, a Folha de SP<sup>16</sup> informou que a operadora de planos de saúde Amil estava cancelando milhares de contratos coletivos por adesão, entre eles os de crianças e jovens com TEA (transtorno do espectro autista), doenças raras e paralisia cerebral, o que vem mobilizando campanhas nas redes sociais, queixas em órgãos de defesa do consumidor e na ANS e busca por escritórios de advocacia para o ingresso de ações judiciais. A notícia ainda afirma que as rescisões unilaterais de contratos coletivos por adesão têm acontecido em outras operadoras, como a Unimed Nacional.

Embora haja previsão de rescisão imotivada do contrato pela operadora, essa tem ocorrido com mais frequência e tem sido uma prática bem comum quando, principalmente, há beneficiários em tratamento. Cita-se a situação de uma empresa com 6 beneficiários, um deles com doença crônica, em que a operadora impôs um reajuste de 42%<sup>17</sup>. Fato que, muitas vezes, tem inviabilizado a manutenção do plano de saúde pelos segurados<sup>18</sup>.

Além dos cancelamentos unilaterais, usuários reclamam também do descredenciamento de clínicas e hospitais das redes de atendimento, sem

<sup>14</sup>JOTA. Disponível em <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/saude/ans-avalia-cancelamento-unilateral-de-planos-de-saude-de-pessoas-com-autismo-30052023> Acessado em 1/4/2024

<sup>15</sup>UOL. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/25/cancelamento-de-plano-de-saude.htm> Acessado em 1/4/2024

<sup>16</sup>Folha de sp. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/amil-cancela-contratos-coletivos-de-criancas-autistas-e-com-doencas-raras.shtml> Acessado em 14/5/2024

<sup>17</sup>OGLOBO. Planos de saúde reajuste de contrato coletivo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/noticia/2023/05/planos-de-saude-reajuste-de-contrato-coletivo-para-pequenas-empresas-chega-a-ate-359percent.ghtml> Acessado em 9/5/2023

<sup>18</sup>UOL. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/25/cancelamento-de-plano-de-saude.htm> Acessado em 1/4/2024





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

que sejam oferecidas outras opções em regiões próximas, bem como do não pagamento das clínicas de atendimento<sup>19</sup>.

Sobre as rescisões, em 2022, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a tese de que a operadora, mesmo após rescindir unilateralmente o plano ou o seguro de saúde coletivo, deve garantir a continuidade da assistência a beneficiário internado ou em tratamento de doença grave, até a efetiva alta, desde que ele arque integralmente com o valor das mensalidades. A tese orienta os juízes e tribunais de todo o país no julgamento de casos semelhantes.

Segundo o relator do caso, o artigo 13, parágrafo único, incisos I e II, da Lei 9.656/1998 é taxativo ao proibir a suspensão de cobertura ou a rescisão unilateral imotivada, por iniciativa da operadora, do plano privado individual ou familiar<sup>20</sup>. No entanto, embora planos coletivos tenham características específicas e o artigo citado seja voltado para contratos individuais ou familiares, o relator ressaltou que o dispositivo também atinge os contratos grupais, de forma a vedar a possibilidade de rescisão contratual durante internação do usuário ou tratamento de doença grave.

A ANS, por sua vez, reitera o compromisso de fiscalizar o mercado de planos de saúde no país conforme as regras legais previstas na Lei 9.656/1998, e afirma que *“nenhum beneficiário pode ser impedido de adquirir plano de saúde em função da sua condição de saúde ou idade e também não pode haver exclusão de clientes pelas operadoras por esses mesmos motivos”*<sup>21</sup>.

<sup>19</sup>ATRIBUNARJ. Disponível em <https://www.tribunarj.com.br/materia/-planos-de-saude-interrompem-tratamentos-e-prejudicam-criancas-autistas-> Acessado em 1/4/2024

<sup>20</sup>STJ. Disponível em <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/23062022-Operadora-deve-custear-tratamento-de-paciente-grave-mesmo-apos-rescisao-do-plano-coletivo--confirma-Segunda-Secao.aspx> Acessado em 1/4/2024

<sup>21</sup>AGÊNCIA BRASIL. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/relator-do-pl-dos-planos-quer-proibir-rescisao-de-contrato-unilateral> Acessado em 1/4/2024









## **Requerimento de Instituição de CPI** **(Do Sr. Aureo Ribeiro)**

Requer a criação de Comissão  
Parlamentar de Inquérito para investigar os  
planos de saúde. ("CPI DOS PLANOS DE  
SAÚDE")

Assinaram eletronicamente o documento CD240877217400, nesta ordem:

- 1 Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ)
- 2 Dep. Celso Russomanno (REPUBLIC/SP)
- 3 Dep. Duarte Jr. (PSB/MA)
- 4 Dep. Gisela Simona (UNIÃO/MT)
- 5 Dep. Paulão (PT/AL)
- 6 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 7 Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 8 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)
- 9 Dep. Adolfo Viana (PSDB/BA)
- 10 Dep. Fred Linhares (REPUBLIC/DF)
- 11 Dep. Rosangela Moro (UNIÃO/SP)
- 12 Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR)
- 13 Dep. Josenildo (PDT/AP)
- 14 Dep. Dandara (PT/MG)
- 15 Dep. Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP)
- 16 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 17 Dep. Diego Garcia (REPUBLIC/PR)
- 18 Dep. Simone Marquette (MDB/SP)
- 19 Dep. Washington Quaquá (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 20 Dep. Douglas Viegas (UNIÃO/SP)
- 21 Dep. Sargento Portugal (PODE/RJ)
- 22 Dep. Delegada Katarina (PSD/SE)
- 23 Dep. Raimundo Costa (PODE/BA)
- 24 Dep. Helena Lima (MDB/RR)



- 25 Dep. Pezenti (MDB/SC)
- 26 Dep. Lêda Borges (PSDB/GO)
- 27 Dep. Adilson Barroso (PL/SP)
- 28 Dep. Ricardo Maia (MDB/BA)
- 29 Dep. Chico Alencar (PSOL/RJ)
- 30 Dep. Glaustin da Fokus (PODE/GO)
- 31 Dep. André Janones (AVANTE/MG)
- 32 Dep. Vicentinho (PT/SP)
- 33 Dep. Felipe Francischini (UNIÃO/PR)
- 34 Dep. Eduardo Bolsonaro (PL/SP)
- 35 Dep. Ricardo Silva (PSD/SP)
- 36 Dep. Marx Beltrão (PP/AL)
- 37 Dep. André Figueiredo (PDT/CE)
- 38 Dep. Gilvan Maximo (REPUBLIC/DF)
- 39 Dep. Túlio Gadêlha (REDE/PE)
- 40 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ)
- 41 Dep. Icaro de Valmir (PL/SE)
- 42 Dep. Capitão Augusto (PL/SP)
- 43 Dep. Mauricio Marcon (PODE/RS)
- 44 Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)
- 45 Dep. Darci de Matos (PSD/SC)
- 46 Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE)
- 47 Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- 48 Dep. Paulo Freire Costa (PL/SP)
- 49 Dep. Roberto Duarte (REPUBLIC/AC)
- 50 Dep. Marcos Pollon (PL/MS)
- 51 Dep. Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA)
- 52 Dep. Alencar Santana (PT/SP)
- 53 Dep. Lafayette de Andrada (REPUBLIC/MG)
- 54 Dep. Dani Cunha (UNIÃO/RJ)
- 55 Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
- 56 Dep. Maria Arraes (SOLIDARI/PE)
- 57 Dep. Chris Tonietto (PL/RJ)
- 58 Dep. Daniel Freitas (PL/SC)
- 59 Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)
- 60 Dep. Filipe Martins (PL/TO)
- 61 Dep. Miguel Lombardi (PL/SP)
- 62 Dep. Luciano Vieira (REPUBLIC/RJ)



- 63 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 64 Dep. Marcelo Moraes (PL/RS)
- 65 Dep. Eli Borges (PL/TO)
- 66 Dep. Dr. Remy Soares (PP/MA)
- 67 Dep. Flávio Nogueira (PT/PI)
- 68 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)
- 69 Dep. Pastor Eurico (PL/PE)
- 70 Dep. Jefferson Campos (PL/SP)
- 71 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
- 72 Dep. Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)
- 73 Dep. Adail Filho (REPUBLIC/AM)
- 74 Dep. Saullo Vianna (UNIÃO/AM)
- 75 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 76 Dep. João Carlos Bacelar (PL/BA)
- 77 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 78 Dep. Alberto Fraga (PL/DF)
- 79 Dep. Filipe Barros (PL/PR)
- 80 Dep. Dr Flávio (PL/RJ)
- 81 Dep. Ismael Alexandrino (PSD/GO)
- 82 Dep. Dr. Jaziel (PL/CE)
- 83 Dep. Loreny (SOLIDARI/SP)
- 84 Dep. Zé Trovão (PL/SC)
- 85 Dep. Nikolas Ferreira (PL/MG)
- 86 Dep. Coronel Assis (UNIÃO/MT)
- 87 Dep. Ricardo Salles (PL/SP)
- 88 Dep. Luiz Gastão (PSD/CE)
- 89 Dep. Julio Arcoverde (PP/PI)
- 90 Dep. Bandeira de Mello (PSB/RJ)
- 91 Dep. Gervásio Maia (PSB/PB)
- 92 Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG)
- 93 Dep. Julio Lopes (PP/RJ)
- 94 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)
- 95 Dep. Robinson Faria (PL/RN)
- 96 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 97 Dep. Juliana Cardoso (PT/SP)
- 98 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)
- 99 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR)
- 100 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)



- 101 Dep. Dr. Francisco (PT/PI)
- 102 Dep. Maria Rosas (REPUBLIC/SP)
- 103 Dep. Vinicius Carvalho (REPUBLIC/SP)
- 104 Dep. Reimont (PT/RJ)
- 105 Dep. Marcos Soares (UNIÃO/RJ)
- 106 Dep. Delegado Caveira (PL/PA)
- 107 Dep. Abilio Brunini (PL/MT)
- 108 Dep. Pauderney Avelino (UNIÃO/AM)
- 109 Dep. Sidney Leite (PSD/AM)
- 110 Dep. Luiz Carlos Haully (PODE/PR)
- 111 Dep. General Girão (PL/RN)
- 112 Dep. Coronel Telhada (PP/SP)
- 113 Dep. General Pazuello (PL/RJ)
- 114 Dep. Bruno Ganem (PODE/SP)
- 115 Dep. Luiz Lima (PL/RJ)
- 116 Dep. Rodrigo Estacho (PSD/PR)
- 117 Dep. Jorge Solla (PT/BA)
- 118 Dep. Dimas Gadelha (PT/RJ)
- 119 Dep. Weliton Prado (SOLIDARI/MG)
- 120 Dep. Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)
- 121 Dep. Otto Alencar Filho (PSD/BA)
- 122 Dep. Ulisses Guimarães (MDB/MG)
- 123 Dep. Gutemberg Reis (MDB/RJ)
- 124 Dep. Padovani (UNIÃO/PR)
- 125 Dep. Dr. Allan Garcês (PP/MA)
- 126 Dep. Max Lemos (PDT/RJ)
- 127 Dep. Geovania de Sá (PSDB/SC)
- 128 Dep. Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
- 129 Dep. Mario Frias (PL/SP)
- 130 Dep. Alfredinho (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 131 Dep. Zé Silva (SOLIDARI/MG)
- 132 Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)
- 133 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 134 Dep. André Ferreira (PL/PE)
- 135 Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)
- 136 Dep. Bacelar (PV/BA)
- 137 Dep. Juarez Costa (MDB/MT)
- 138 Dep. José Airton Félix Cirilo (PT/CE) - Fdr PT-PCdoB-PV



- 139 Dep. Ronaldo Nogueira (REPUBLIC/RS)
- 140 Dep. Defensor Stélio Dener (REPUBLIC/RR)
- 141 Dep. Márcio Marinho (REPUBLIC/BA)
- 142 Dep. Luciano Alves (PSD/PR)
- 143 Dep. Delegado Éder Mauro (PL/PA)
- 144 Dep. Silvyne Alves (UNIÃO/GO)
- 145 Dep. Luisa Canziani (PSD/PR)
- 146 Dep. Airton Faleiro (PT/PA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 147 Dep. Ossesio Silva (REPUBLIC/PE)
- 148 Dep. Gabriel Mota (REPUBLIC/RR)
- 149 Dep. Rosana Valle (PL/SP)
- 150 Dep. Beto Pereira (PSDB/MS)
- 151 Dep. Reginete Bispo (PT/RS)
- 152 Dep. Welter (PT/PR)
- 153 Dep. Leo Prates (PDT/BA)
- 154 Dep. Rosângela Reis (PL/MG)
- 155 Dep. Acácio Favacho (MDB/AP)
- 156 Dep. Sanderson (PL/RS)
- 157 Dep. Geraldo Mendes (UNIÃO/PR)
- 158 Dep. Marcos Tavares (PDT/RJ)
- 159 Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG)
- 160 Dep. Paulo Magalhães (PSD/BA)
- 161 Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)
- 162 Dep. Beto Richa (PSDB/PR)
- 163 Dep. Padre João (PT/MG)
- 164 Dep. Osmar Terra (MDB/RS)
- 165 Dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)
- 166 Dep. Helio Lopes (PL/RJ)
- 167 Dep. Luciano Amaral (PV/AL)
- 168 Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA)
- 169 Dep. Soraya Santos (PL/RJ)
- 170 Dep. Dal Barreto (UNIÃO/BA)
- 171 Dep. Leur Lomanto Júnior (UNIÃO/BA)
- 172 Dep. Duarte Gonçalves Jr (REPUBLIC/MG)
- 173 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 174 Dep. Yury do Paredão (MDB/CE)
- 175 Dep. Coronel Meira (PL/PE)
- 176 Dep. Covatti Filho (PP/RS)



- 177 Dep. Zucco (PL/RS)
- 178 Dep. Célio Studart (PSD/CE)
- 179 Dep. Marcos Pereira (REPUBLIC/SP)
- 180 Dep. Bia Kicis (PL/DF)
- 181 Dep. Jack Rocha (PT/ES)
- 182 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ)
- 183 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 184 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 185 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 186 Dep. Delegado Palumbo (MDB/SP)
- 187 Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)
- 188 Dep. Aliel Machado (PV/PR)
- 189 Dep. Júnior Ferrari (PSD/PA)
- 190 Dep. Jorge Goetten (PL/SC)
- 191 Dep. Márcio Jerry (PCdoB/MA)
- 192 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 193 Dep. Amaro Neto (REPUBLIC/ES)
- 194 Dep. Marcio Alvino (PL/SP)
- 195 Dep. Luiz Fernando Faria (PSD/MG)
- 196 Dep. Wilson Santiago (REPUBLIC/PB)
- 197 Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP)
- 198 Dep. Jorge Braz (REPUBLIC/RJ)
- 199 Dep. Dra. Alessandra Haber (MDB/PA)
- 200 Dep. Gilson Daniel (PODE/ES)
- 201 Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)
- 202 Dep. Márcio Honaiser (PDT/MA)
- 203 Dep. Marcelo Crivella (REPUBLIC/RJ)
- 204 Dep. Bebeto (PP/RJ)
- 205 Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ)
- 206 Dep. Delegado Ramagem (PL/RJ)
- 207 Dep. Pastor Gil (PL/MA)
- 208 Dep. Murillo Gouvea (UNIÃO/RJ)
- 209 Dep. Lindbergh Farias (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 210 Dep. Luis Carlos Gomes (REPUBLIC/RJ)
- 211 Dep. Carla Zambelli (PL/SP)
- 212 Dep. Otoni de Paula (MDB/RJ)
- 213 Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ)
- 214 Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)



- 215 Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
- 216 Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
- 217 Dep. Giovanni Cherini (PL/RS)
- 218 Dep. Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 219 Dep. Sonize Barbosa (PL/AP)
- 220 Dep. José Medeiros (PL/MT)
- 221 Dep. Eros Biondini (PL/MG)
- 222 Dep. Roberta Roma (PL/BA)
- 223 Dep. Nelson Barbudo (PL/MT)
- 224 Dep. Detinha (PL/MA)
- 225 Dep. Josimar Maranhãozinho (PL/MA)
- 226 Dep. Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)
- 227 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 228 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)
- 229 Dep. Bibó Nunes (PL/RS)
- 230 Dep. Baleia Rossi (MDB/SP)
- 231 Dep. Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF)
- 232 Dep. Iza Arruda (MDB/PE)
- 233 Dep. Mauricio Neves (PP/SP)
- 234 Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)
- 235 Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC/BA)
- 236 Dep. Professor Alcides (PL/GO)
- 237 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS)
- 238 Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA)
- 239 Dep. Fred Costa (PRD/MG)
- 240 Dep. Rodrigo Gambale (PODE/SP)
- 241 Dep. Pedro Aihara (PRD/MG)
- 242 Dep. Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)
- 243 Dep. Dr. Frederico (PRD/MG)
- 244 Dep. Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS)
- 245 Dep. Gilberto Abramo (REPUBLIC/MG)
- 246 Dep. Gilberto Nascimento (PSD/SP)
- 247 Dep. Romero Rodrigues (PODE/PB)
- 248 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 249 Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM)
- 250 Dep. Marangoni (UNIÃO/SP)
- 251 Dep. Pr. Marco Feliciano (PL/SP)
- 252 Dep. Vinicius Gurgel (PL/AP)



- 253 Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA)
- 254 Dep. Júlio Oliveira (PP/TO)
- 255 Dep. Camila Jara (PT/MS)
- 256 Dep. Luiz Couto (PT/PB) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 257 Dep. Julia Zanatta (PL/SC)
- 258 Dep. Fausto Pinato (PP/SP)
- 259 Dep. Bruno Farias (AVANTE/MG)
- 260 Dep. Mauricio do Vôlei (PL/MG)
- 261 Dep. Zé Vitor (PL/MG)
- 262 Dep. Capitão Alden (PL/BA)
- 263 Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
- 264 Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS)
- 265 Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
- 266 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 267 Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
- 268 Dep. Ismael (PSD/SC)
- 269 Dep. Magda Mofatto (PRD/GO)
- 270 Dep. Marco Brasil (PP/PR)
- 271 Dep. Rafael Simoes (UNIÃO/MG)
- 272 Dep. Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
- 273 Dep. Meire Serafim (UNIÃO/AC)
- 274 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 275 Dep. Aluisio Mendes (REPUBLIC/MA)
- 276 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) \*-(p\_6337)
- 277 Dep. Ely Santos (REPUBLIC/SP)
- 278 Dep. Castro Neto (PSD/PI)
- 279 Dep. Rui Falcão (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 280 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 281 Dep. Messias Donato (REPUBLIC/ES)
- 282 Dep. Dr. Luiz Ovando (PP/MS)
- 283 Dep. Renildo Calheiros (PCdoB/PE)
- 284 Dep. David Soares (UNIÃO/SP)
- 285 Dep. Jilmar Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 286 Dep. Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)
- 287 Dep. Tião Medeiros (PP/PR)
- 288 Dep. Antônia Lúcia (REPUBLIC/AC)
- 289 Dep. Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG)
- 290 Dep. Renata Abreu (PODE/SP)





- 291 Dep. Vander Loubet (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV  
292 Dep. Nitinho (PSD/SE)  
293 Dep. Augusto Puppio (MDB/AP)  
294 Dep. Nicoletti (UNIÃO/RR)  
295 Dep. Duda Salabert (PDT/MG)  
296 Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP)  
297 Dep. José Rocha (UNIÃO/BA)  
298 Dep. Gerlen Diniz (PP/AC)  
299 Dep. Da Vitoria (PP/ES)  
300 Dep. Daniela do Waguinho (UNIÃO/RJ)  
301 Dep. Pastor Diniz (UNIÃO/RR)  
302 Dep. Zé Neto (PT/BA)  
303 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)  
304 Dep. Bohn Gass (PT/RS)  
305 Dep. João Daniel (PT/SE)  
306 Dep. Fernando Mineiro (PT/RN)  
307 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)  
308 Dep. Mauro Benevides Filho (PDT/CE)  
309 Dep. Afonso Motta (PDT/RS)  
310 Dep. Átila Lira (PP/PI)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

